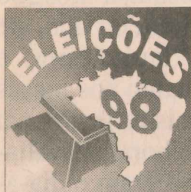


ENTREVISTA/ALBUÍNO AZEREDO

# ‘Nosso palanque não é de oposição a FHC’

ANDRÉ HEES



A GAZETA publica, a partir de hoje, uma entrevista por dia com cada um dos seis candidatos ao Governo do Estado, selecionados por ordem alfabética. A todos foi apresentado o mesmo questionário, sobre suas propostas para a área social – saúde,

educação e segurança – e para o desenvolvimento econômico do Estado. A série começa com o ex-governador Albuíno Azeredo (PDT). Amanhã será a vez de Chico Onofre (PRN), seguido de Jesus Vaz (PSD), José Ignácio Ferreira (PSDB), José Renato Casagrande (PSB) e Vasco Alves (PMDB). Gastando sola de sapato rodando o Estado de ponta a ponta, Albuíno fala de seus projetos com tanto entusiasmo que, às vezes, é difícil interrompê-lo para a pergunta seguinte. Ele promete reduzir impostos para atrair investimentos, buscar recursos para recuperar estradas, aumentar a produção de energia, promover o Prodespol 2 para despoluir os rios do interior, descentralizar a gestão na saúde e na educação, construir presídios e renovar a frota da polícia. Num balanço de seu Governo, admite, por exemplo, que conduziu mal a gerência da Saúde ao mudar cinco vezes o secretário da pasta. Apostando na dissidência do PSDB para atrair mais votos, ele disputa o Governo pela coligação Confiança, Trabalho e Desenvolvimento (PDT, PPS, PSC, PSL e PAN). Seu vice é o presidente da Câmara de Vitória, César Colnago (PPS). Nesta entrevista, Albuíno nega ser responsável pela crise financeira do Estado e, apesar de pertencer ao partido de Leonel Brizola – vice de Lula (PT) –, garante que não representa oposição ao presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). “Não é verdade que o governador do Estado tem que ser do mesmo partido do presidente. Não estamos num regime de partido único e nosso palanque não é de oposição a Fernando Henrique.”

**A GAZETA – O senhor já governou o Espírito Santo uma vez. O que faria ao iniciar um segundo mandato?**

ALBUÍNO AZEREDO – Temos que ter um programa emergencial para restabelecer a normalidade financeira e garantir o pagamento dos servidores e dos fornecedores.

**– O atual Governo diz que herdou o desequilíbrio financeiro da gestão do senhor. Como o senhor reage a essa crítica?**

– Basta comparar o tamanho da dívida que deixei, o que deixei em caixa, com o que este Governo vai

tudo para trazer de volta investimentos. Vamos promover estudos para baixar o ICMS em vários produtos.

**– Não há o risco de a arrecadação cair e a crise se agravar ainda mais?**

– Pelo contrário. A queda dos impostos aumenta o número de contribuintes. O Espírito Santo não oferece as condições que o Paraná oferece, por exemplo. Para cada R\$ 10,00 investidos no Brasil, R\$ 1,00 vai para o Paraná, que está fazendo de tudo: postergação de ICMS, redução de alíquota, incentivos fiscais. Precisamos disso para atrair investimentos e de-



meios aos municípios. As unidades hospitalares têm que ser administradas individualmente.

Na nova sistemática de gestão vamos fazer com que cada unidade seja independente e possa gerenciar recursos humanos e materiais. A centralização hoje de compra de medicamentos, de recursos humanos, é nociva. A descentralização vai tornar a gerência mais eficiente e barata. Vamos fazer, por exemplo, com que o Hospital Infantil seja uma unidade totalmente independente. É uma caixa de ressonância da saúde no Estado e vai ter um tratamento diferente. Vamos reaparelhar algumas unidades hospitalares que estão desativadas. O São Lucas, que foi fechado no início do atual Governo, vamos retomar sua construção se este Governo não concluí-lo, para aliviar o HPM, que por sinal nós construímos. Se nós não tivéssemos feito aquele hospital, imagine o que seria da saúde no Espírito Santo. E nós o concluímos. Precisamos também fortalecer a rede hospitalar dos municípios, no Estado inteiro, para reduzir esse fluxo do interior para a Grande Vitória. Vamos também viabilizar a conclusão do Hospital Infantil de Vila Velha.

**– Como o senhor vê a situação do ensino na rede estadual?**

– A educação já começa a viver, pelo menos, uma perspectiva de mudança no país. A municipalização da educação foi um passo importante, com os recursos vindos para os municípios. O ensino fundamental tem uma fonte de financiamento e ele parece ter uma solução mas não basta o financiamento. Há também a questão da mudança na gerência. A Secretaria de Educação é muito grande, muito pesada e é preciso que cada escola, cada unidade, seja independente. É como as empresas: quando uma empresa é muito grande, ela se divide em unidades independentes. Cada escola deve controlar recursos não só para a merenda, mas também para os recursos humanos. Isso vai dar certo. A mudança da gerência já vem dando certo em outros locais.

**– Fazendo um balanço de seu Governo, o que o senhor fez que não faria novamente?**

– São muitos pontos. O primeiro:



reage a essa crítica?

— Basta comparar o tamanho da dívida que deixei, o que deixei em caixa, com o que este Governo vai estar deixando. Deixei o salário de outubro e novembro em dia. A folha de dezembro (de 1994) foi de R\$ 52 milhões. O Governo agora deve deixar a folha no patamar de R\$ 80 milhões. O desequilíbrio financeiro foi provocado pelo Governo atual. Aceito meus erros mas não posso aceitar que acreditem a mim o desequilíbrio financeiro que é do Governo que está aí. O Governo que deu 25% de reajuste aos servidores, que aumentou salário de secretário de R\$ 1,8 mil para R\$ 6 mil e de governador de R\$ 2,5 mil para R\$ 11 mil tem que assumir o ônus do desequilíbrio financeiro. O Governo tem que mudar o discurso. A herança não foi maldita. Maldito é o próprio Governo. O Governo errou porque previu que a inflação voltaria a crescer e, se voltasse, os 25%, os aumentos e as contratações seriam absorvidos pela inflação. Como a inflação está próxima de zero, temos o desequilíbrio.

**— Sobrando recursos para investimentos, que áreas mereceriam mais atenção no momento?**

— Vamos estabelecer um patamar de 15% para investimentos. Isso é factível após um ano de Governo. O primeiro ano será de arrumação da casa. Nas prioridades, vamos retomar o desenvolvimento do Estado, que precisa aumentar sua receita, gerar mais empregos. Emprego e renda merecem atenção especial e para isso vamos viabilizar projetos que hoje já são bem sucedidos, por exemplo, nas prefeituras de Vitória e de Cariacica. Esses municípios estão dando microcréditos para as pessoas começarem seus próprios negócios. É o banco do povo. Sobre os projetos de grande porte, teríamos que promover rapidamente uma reforma tributária.

**— Como seria essa reforma?**

— O Espírito Santo está na contramão na questão de impostos, que aqui subiram muito. O Espírito Santo já foi muito forte em frigoríficos, por exemplo. Em Cariacica havia três e eles fecharam porque o ICMS daqui é de 7%. Em Minas Gerais é de 2%, na Bahia é 1,75%. A indústria de carne preferiu fechar as portas aqui e comprar a carne de outros estados. O IPVA daqui dobrou. Vamos rever isso

Paraná, que está azendo de tudo: postergação de ICMS, redução de alíquota, incentivos fiscais. Precisamos disso para atrair investimentos e desenvolver o Estado.

**— Que tipo de investimentos o senhor buscaria e como o senhor vê a guerra fiscal?**

— Temos que atrair investimentos de acordo com nossas vocações e nosso parque industrial. Temos, por exemplo, uma siderúrgica que acabou de inaugurar o segundo alto-forno e terá laminador de tiras a quente. Então, temos que buscar indústrias que usem essa matéria prima. Precisamos ser determinados nesta questão. Aglomerado de madeira, celulose, turismo, todos esses são eixos para atração de investimentos. Temos que investir em infra-estrutura, também. O Sul da Bahia tem um bom aeroporto e nós, não. Temos que investir num aeroporto no Norte do Estado.

**— Que benefícios pode trazer a inclusão do Espírito Santo na Sude?**

— Isso está sendo muito badalado, principalmente num ano eleitoral, e cria uma expectativa que não é verdadeira. Se fosse assim, o Nordeste não tinha mais seca nem miséria ou fome, embora o Estado possa receber incen-

## 'O GOVERNO QUE DEU 25% DE REAJUSTE, QUE AUMENTOU SALÁRIO DE SECRETÁRIO E DE GOVERNADOR, TEM QUE ASSUMIR O ÔNUS DO DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO E MUDAR O DISCURSO'

tivos do Finor. A inclusão pode viabilizar crédito de instituições financeiras como o Banco Mundial em condições vantajosas porque o crédito para o Nordeste é com juros mais baixos. Então, tem seu lado positivo, embora não seja a salvação da lavoura. Precisamos mesmo é investir em estradas, estender a Rodovia do Sol até o Sul da Bahia, fazer um aeroporto na região Norte. O plano aeroviário foi elaborado no nosso Governo. Está aí o aeroporto de Colatina e as melhorias nos demais aeroportos.

**— Que outros projetos o senhor tem para melhorar a infra-estrutura do Estado?**

— Vamos implantar o segundo pro-

jeto para recuperação da malha viária, com recursos do Banco Mundial. Nós encaminhamos a primeira etapa. Retomarei o Prodespol 2. O primeiro só pega a Grande Vitória, o 2 vai pegar também o interior. Tudo isso é importante para o turismo, também. Um outro eixo importante para o desenvolvimento econômico é a energia. O Espírito Santo produz apenas 20% da energia que consome e compramos energia de outros estados. Teríamos que aumentar essa oferta e temos várias alternativas. Tem o potencial hidrelétrico, a usina de Muniz Freire, inaugurada recentemente, e há outros. Temos a termelétrica, um projeto idealizado lá atrás, por nós, que deverá ser instalada no Norte, em Linhares ou São Mateus. Podemos ter outras em outras regiões. O gasoduto de Campos, idealizado por nós quando éramos secretário de Planejamento, está aí. No Espírito Santo foram descobertas jazidas de gás monstruosas. Precisamos investir muito na energia. E essa descoberta de gás foi fruto de nosso trabalho, que deu concessão para a Petrobrás pesquisar gás. Foi um marco histórico de nossa administração. Vamos aproveitar isso agora para levar gás para o Sul.

O parque industrial de Cachoeiro, do Sul, não tem gás. O gasoduto de Campos vai permitir isso. O parque de Colatina, do Norte, não tem gás. Vamos expandir o gasoduto do Norte até Colatina. A indústria cerâmica da região está vindo para Vitória por causa do Civit. Vamos investir em energia, aproveitando agora a abertura que o Ministério das Minas e Energia deu para a iniciativa privada na questão da exploração de petróleo.

**— O senhor é do PDT, partido de Brizola, vice de Lula. Como será a relação do senhor com o Palácio do Palanço se o presidente Fernando Henrique ganhar? O apoio do Governo Federal é fundamental para sair da crise?**

— A parceria entre União, Estado e Município é o que deseja a sociedade e é fundamental para que as questões de desenvolvimento sejam resolvidas. Nenhum Estado pode se considerar independente. Nem mesmo São Paulo, o Estado mais rico, pode prescindir do Governo Federal. Chegando ao Governo, bateremos na porta do Governo Federal. Não terei dificuldades nesta relação. No passado, tive relação intensa com o atual presidente. Na época, ele era ministro da Fazenda de Itamar Franco. Resisti a críticas no PDT porque fiquei ao lado de Itamar quando Brizola havia se afastado dele. Avalizei Maurício Corrêa como ministro de Itamar e parte

do PDT, na época, contestava nossa posição. Não tenho dificuldade com isso. Ouvimos hoje (quinta-feira) na nossa caminhada: "O governador do Estado tem que ser do mesmo partido do presidente". Não é verdade. Não estamos num regime de partido único. O eleitor pode votar num deputado de um partido, governador de outro e senador de outro. É o pluripartidarismo. O Jaime Lerner foi eleito governador do Paraná pelo PDT e suas relações com o Governo sempre foram muito boas, o que inclusive o levou a mudar de partido. Não estou dizendo que o PDT é obstáculo para relacionamento. Não é isso. Mas vamos ter uma boa relação com o presidente. Os que dizem que a relação vai ser difícil estão enganados. Nosso palanque não é de oposição a Fernando Henrique. É um palanque que busca levar nossas propostas para a população. Inclusive, o PSDB hoje no Estado está dividido. Tem um pedaço de um lado, outro de outro. E um pedaço desses faz parte de nossos planos.

**— O senhor conta com o apoio de tucanos dissidentes?**

— O PSDB, como outros partidos, sempre conviveu com dissidências. O presidente em Minas Gerais, por exemplo, vai adotar postura de retaliação contra o Itamar, porque não é do partido dele? Certamente não. Eu só não tive boa relação com o Collor mas o Collor não teve relação boa nem com a sociedade nem com o Congresso. Aliás, foram tão ruins que ele não ficou na Presidência. E quem estava ao lado de Collor na época era justamente meu adversário (José Ignácio Ferreira).

**— Na segurança pública, o que o senhor faria para combater a criminalidade?**

— A violência tem que ser vista por três eixos. Primeiro, o desemprego, que faz crescer a marginalidade. Então, quando priorizamos o desenvolvimento, estamos caminhando para equacionar a questão da violência. Há também o eixo da impunidade. Queremos fortalecer o Ministério Público e fico à vontade para dizer isso. Quando fui governador promovi e fortaleci o MP. Quero informatizar tudo. Vemos hoje processos que

se arrastam, crimes insolúveis. A informação é essencial. A isso acrescento o reaparelhamento do aparato policial, começando pela valorização dos recursos humanos. Foi o que fiz no Governo. Pagamos bem ao policial Militar e Civil. Tão bem que na greve da PM em Minas eles reivindicavam o salário da polícia do Espírito Santo. O policial, com o salário atrasado, não pode estar motivado para combater a violência. Vamos investir também na renovação da frota. Comprei 400 viaturas e vou renovar toda a frota das polícias Militar e Civil. Vou construir mais penitenciárias. Construí duas, uma em Cachoeiro, outra em Linhares, e vou construir mais duas. A gestão dos presídios também tem que mudar. Não podemos continuar com preso tomando conta de preso.

**— Um dos problemas que mais aflige a população atualmente parece ser o atendimento nos hospitais. O que o senhor faria primeiro na Saúde?**

— Temos consciência de que é uma das maiores prioridades de nossa sociedade. Não posso deixar de falar em dois eixos. Primeiro, o preventivo, que é continuar a investir em saneamento, água tratada, esgoto. A falta disso faz crescer o custo da saúde curativa. Investi muito em água tratada, em esgoto e vamos ampliar isso ainda mais. Assim, estaremos contribuindo para a saúde preventiva. Vamos retomar o Transcol da Saúde, que foi

## 'COMPREI 400 VIATURAS E VOU RENOVAR TODA A FROTA DA POLÍCIA. CONSTRUI DUAS PENITENCIÁRIAS E VOU CONSTRUIR MAIS DUAS. A GESTÃO DOS PRESÍDIOS TEM QUE MUDAR. PRESO NÃO PODE TOMAR CONTA DE PRESO'

abandonado, e a introdução do médico da família, que é uma ação preventiva. Fiquei muito feliz porque fui a João Neiva hoje (quinta) e vi uma experiência bem sucedida. É uma ação que vamos desenvolver. No campo da saúde curativa, a mudança da gestão é fundamental. A descentralização é importante, dando mais

**— Fazendo um balanço de seu Governo, o que o senhor fez que não faria novamente?**

— São muitos pontos. O primeiro: quero ter um bom projeto de comunicação, que não tive. Quero me comunicar com mais facilidade com a sociedade e vice-versa. Um Governo que tem uma TVE e uma Rádio ES AM tem que saber utilizá-las bem. Eu não soube utilizá-las. Temos que modernizá-las, democratizá-las. Não quero a rede a serviço do governador Albuíno; quero a serviço da população do Estado. Cometi também um erro na gestão da saúde. Convivi com cinco secretários de Saúde. De certa forma, isso é inadmissível. Mudança na administração pública faz parte do processo. Mudar uma vez, tudo bem, mas cinco, não. Foi um erro que cometi e pretendo não cometer de novo. Vou começar escolhendo bem, ainda na fase da campanha. Estamos buscando profissionais de alto nível no Estado. Este projeto está sendo coordenado pelo nosso vice-governador, o César Colnago (PPS), que é médico. É uma demonstração clara de que queremos um projeto novo, moderno, sério. É um político moderno que mostrou austeridade e reduziu os gastos da Câmara Municipal de Vitória em mais de 50%. Temos que reduzir os gastos do Governo do Estado. Temos a nossa experiência como administrador, a do César, que também já foi secretário de Meio Ambiente, de Educação, vereador, presidente da Câmara. Temos também projetos importantes para a região da Grande Vitória.

**— Quais?**

— Queremos fortalecer a região metropolitana. O Transcol foi uma iniciativa importante mas precisamos melhorá-lo. Vamos fazer o mesmo na coleta de lixo e outros serviços. Vamos criar uma secretaria para negócios metropolitanos. Deu certo em São Paulo. No transporte urbano, vamos também rever o transporte aquaviário, que pode ser mais bem aproveitado. Essa secretaria controlaria a Cesan, a Ceturb, e serviria de interlocução com as prefeituras da Grande Vitória. Ela vai ser o elo de ligação entre as prefeituras. Não podemos perder de vista que este será o Governo do próximo milênio. A questão da informática, também, tem que ter um tratamento especial em todos os setores da administração pública. Ciência e tecnologia têm que ganhar uma dimensão maior e, para isso, o Governo tem que estar articulado com a iniciativa privada e com as instituições de ensino. Queremos estabelecer parcerias com a Ufes, por exemplo, para que o Estado dê um salto no campo da pesquisa. Queremos também a extensão da universidade para o interior.



Helô Sant'Ana